Acervo ISA

Cuiabá MT
Jan./97
NAR00150

A incompetência e o descaso

* EDÍSIO ROCHA

Estamos assistindo hoje em Mato Grosso, a verdadeira montagem de um teatro de "operações de guerra", visando desocupar de intrusos, a Reserva Indígena de Sararé, no Oeste do estado.

Mais uma vez a questão mineral explode, aparece como vilã, e causa arrepios nas autoridades. Uma atividade nunca levada a sério neste governo - a mineração - volta a ser tratada como um caso de polícia. Na verdade de várias polícias, federal, militar, florestal e civil. Faltavam apenas Exército, Aeronáutica e Marinha para se tornar uma verdadeira guerra civil.

Um arsenal completo contra deserdados sociais, párias, desempregados, genéricamente conhecidos como garimpeiros que em sua grande maioria são apenas simples mineráveis, que buscam a sobrevivência, extraindo riquezas do chão pertencentes aos Nhambiquaras, reminiscentes de uma nação indígena, que também busca explicação para um viver vegetativo.

Não fosse a pressão internacional dos bancos de fomento e um certo "desenvolvimento" vigiado, da mídia nacional formada com os remorsos do velho oeste e do genocídio dos índios nos filmes de 'cowboy', ou até os empréstimos externos cada dia mais exigentes, certamente este assunto não teria o destaque e a simulada importância que ora recebe.

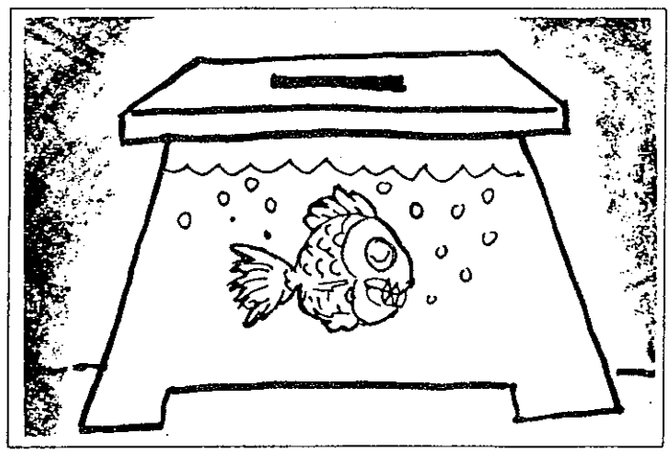
Já lá vão quase 300 anos que a mineração existe em Mato Grosso, e com ela ainda não aprendemos a conviver, ou a respeitá-la. Triste pobre povo que não tem memória.

As colonizações dos séculos passados, renovadas ciclitamente pelos mineradores anônimos, abriram e oportunizaram os novos horizontes econômicos através da nossa terra.

Certamente os pioneiros de Alto Araguaia, Alto Garças, Itiquira, Poxoréo, Juscimeira, Jaciara, Paranatinga, Guiratinga, Torixoréo, Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Livramento, Poconé, Vila Bela, Juína, Arapuanã, Alto Paraguai, Nortelândia, Diamantino, Arenápolis, Nobres, Peixoto de Azevedo, Terra Nova, Guarantã, Matupá, Alta Floresta, Apiacás, Paranaíta, e como esquecer os de Cuiabá, a nossa "Cidade Verde", que ontem que era amarela pelo ouro que produzia, terão outra versão para os fatos, e a época que vivemos hoje.

Irão lembrar que sempre foram sozinhos. Que ontem como hoje, nunca receberam apoio, orientação técnica, assessoramento, ou sequer o respeito. E hoje a sociedade edificada sobre estes pilares, cobra lições e obrigações de aulas, e procedimentos que nunca foram ensinados.

Obviamente os tempos são outros, e não se justificam as agressões ambientais, ou as invasões de propriedade indi-



genas ou particulares.

Mas se este setor se organizasse, a nível local, estadual e até federal poderia cobrar e exigir mais respeito, para uma atividade que é responsável por mais de 15% do PIB nacional, que emprega mão-de-obra não especializada, que movimenta nosso parque fabril, que coloniza nosso território, e que gera riquezas a partir de bens não renováveis, e portanto dignos de maiores prioridades.

Os dados estatísticos do início da atual década, e por nós exaustivamente divulgados, demonstram que produzíamos então em bens minerais, os mesmos valores da agricultura subsidiada da soja. Só que esta, através da luta organizada dos seus produtores, convivia e obtinha as benesses do financiamento fácil, do apoio e acompanhamento técnico, da pesquisa, e a outra era como hoje, marginal agressora, bandida.

Em números redondos Mato Grosso com seus 900.000 Km2 de área territorial destinou aos povos indígenas quase 120.000 Km2, algo como 13% de sua área total. Cada um índio vivo, criança ou adulto, homem ou mulher, ao nascer é dono de mais de 1.000 ha de terra em nosso estado. Uma reforma agrária perfeita.

A preocupação é tamanha com os índios - ou pode ser apenas política de respostas ás indagações internacionais - que chega-se ao exagero de pussuirmos por exemplo em Jarudore, no município de Poxoréo a 300 Km da capital uma Reserva Indígena com 5.000 ha sem nenhum índio habitando a área. (Dados obtidos junto a FUNAI). Assim sendo não é terra, o que falta aos índios.

A aludida área objeto da "operação de guerra" que está sendo desencadeada, possui em torno de 70.000 ha de área, para uma população de 68 (sessenta e oito) índios.

A bem da verdade o descaso das autoridades para com a demarcação das terras indígenas, a falta de fiscalização, ou a fiscalização corrupta, e que motiva a eclosão desses lamentáveis episódios.

Proprietários e empresários rurais de Mato Grosso de há muito convivem e conhecem o problema de pussuirem riquezas em seus solos e subsolos. Que o digam a Agropecuária Cachimbo, Grupo Santa Elina, Grupo Luxor etc.

O mais importante é retirarmos de fatos assim, é a necessidade de abrirmos os nossos olhos, e aplicarmos nossa inteligência e a força de trabalho, na resolução dos nossos problemas primários.

Os recursos dispendidos em operações como esta, se aplicados em pesquisas minerais, em melhoramento nos sistemas operacionais em uso, em apoio técnico a atividade, trariam mais rapidamente um avanço no setor, modernizando-o, e adaptando-o aos tempos atuais. Quando nada nós, Mato Grosso e o Brasil, devemos isso ao setor mineral.

Afinal extrair bens minerais não é pecado, nem errado, nem crime, em nenhuma parte da Terra. Os exemplos dos Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Austrália e mesmo do Brasil demonstram que com tecnologia, com pesquisas, e responsabilidades para com o meio-ambiente, a mineração é uma atividade econômica, lucrativa, séria, profissional, e altamente rentável.

Temos que repensar o assunto. Começar de novo. Só esperamos que a consciência da necessidade disso e o momento da ação não demorem muito.

Mato Grosso, o Brasil e cada um de nós devemos muito ao setor mineral e definitivamente mineração não é, nunca foi, e não pode ser um caso de polícia.

** EDISIO ROCHA , é geólogo, radialista, e presidente da Metamat de 1.991 a 1994.*